



V EPCC
Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
23 a 26 de outubro de 2007

A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS URBANOS DE CLASSES POPULARES: O CASO DA VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (SÃO JOÃO DEL-REI – MG).

Luiz Raimundo Tadeu da Silva * Eder Jurandir Carneiro*

Apresentam-se resultados finais da pesquisa intitulada “Conflitos e processos de apropriação das condições naturais: (in)justiça ambiental e a comunidade dos bairros IAPI e Vila Nossa Senhora de Fátima São João del-Rei – MG”. Objetiva-se demonstrar e analisar os mecanismos que fundamentam a formação desse território urbano habitado por classes populares e que apresenta uma “desigualdade ecológica” oriunda da estrutura do sistema capitalista de produção, devido à apropriação de territórios como “recursos naturais” objetivando o acúmulo de riqueza. Assim, as classes “despossuídas” são obrigadas a conviver em ambientes insalubres e sem equipamentos urbanos. Para tanto, fizemos pesquisa em arquivos; entrevistas semi-estruturadas com moradores mais antigos e mais atingidos por processos de degradação ambiental; aplicação de *survey* domiciliar de caracterização sócio-econômica e ambiental na área e elaboração de um mapa das áreas inundáveis da Vila Nossa Senhora de Fátima. A construção de territórios industriais na cidade está ligada a uma dinâmica econômica mais ampla. A própria escolha das localizações desses territórios, que são áreas geotecnicaamente inapropriadas para habitação, obedece a uma estratégia das elites políticas e econômicas dos anos 1960. A ocupação da Vila foi influenciada por diversos fatores, relacionados, de modo especial, ao processo de industrialização sãojoanense e seu colapso e às (in)ações do poder público.

Palavras-chave: Desigualdade ambiental, territórios urbanos e urbanização.

INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva a reconstrução analítica da história sócio-ambiental do território hoje conhecido como bairro vila Nossa Senhora de Fátima, em São João del-Rei. Para isso, investigam-se os processos sócio-históricos e mecanismos de injustiça ambiental, assim como as práticas, conflitos e agentes (dentre os quais inclui-se o próprio movimento associativo do bairro em questão) que determinaram as atuais formas de apropriação desses territórios.

Mais especificamente, as investigações desenvolvidas fazem parte de um conjunto mais abrangente de estudos que abriga vários outros projetos de pesquisa e de extensão,

□ Acadêmico do Curso de Filosofia. Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. São João del-Rei – MG. Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do PIBIC/CNP q-UFSJ. Luizrts2000@yahoo.com.br.

· Docente da UFSJ. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. São João del-Rei – MG. eder@ufs.edu.br.

que vêm se realizando no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João Del-Rei. Tais estudos tomam como objeto os conflitos e mecanismos envolvidos nos processos de construção social dos territórios ocupados por populações pobres de São João del-Rei.

O enquadramento teórico que informa esse esforço de pesquisa inscreve no cerne da “questão ambiental” os conflitos, estruturalmente postos, que opõem diferentes grupos sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela atribuição de distintos significados e usos de condições naturais específicas. De uma maneira geral, tais conflitos emergem “quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis... decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004: 26).

Evidentemente, numa sociedade capitalista as relações de produção e formas de propriedade vigentes determinam a primazia da apropriação dos territórios como “recursos naturais”, ou seja, como fluxo de matérias e energias utilizado como condição para a produção de mercadorias com vistas à acumulação de riqueza abstrata. Essa poderosa lógica condiciona, *em última análise*, a distribuição desigual das possibilidades de acesso, controle e uso dos diferentes territórios, assim como as lutas sociais em torno dessa distribuição.

Essa “desigualdade ecológica” ou “injustiça ambiental” expressa-se, no ambiente urbano, na própria distribuição espacial da população, de forma que, quase invariavelmente, as camadas mais pobres vêem-se na contingência de ter que habitar áreas em que se concentram os efeitos problemáticos oriundos da ação de grupos sociais dominantes, tais como inundações, afundamentos, desabamentos, carência de equipamentos de saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e esgoto, água encanada etc. Consideramos as reivindicações e embates voltados para a obtenção de serviços de infra-estrutura urbana como conflitos ambientais, na medida em que opõem, de um lado, atores que lutam pela construção de seus territórios para sua reprodução material e simbólica e que, para isso, demandam o aporte de recursos públicos, e, de outro, atores que disputam esses mesmos recursos com vistas à realização de outros fins. Nessa ótica, o conceito de conflitos ambientais deve ser alargado para abrigar as situações em que atores disputam o concurso da ação estatal para construir as respectivas condições territoriais desejadas. Nesses casos, os atores envolvidos não se enfrentam “diretamente”, e sim pela mediação da ação estatal.

Nessa perspectiva, a formação de territórios urbanos habitados por classes populares deve ser compreendida no movimento mais amplo de espacialização das desigualdades ambientais geradas pelos processos de acumulação de capital (HARVEY, 2005), pelas omissões e ações seletivas do Estado, contrarrestadas pelas lutas e práticas coletivas organizadas pelas populações que buscam promover formas de apropriação do território e provimento de serviços de infra-estrutura de acordo com seus interesses.

Assim, mais que uma descrição detalhada de eventos empíricos, pretende-se apontar conexões analíticas entre a trajetória de formação dos territórios urbanos em tela e as formas e dinâmicas pelas quais os processos de acumulação capitalista se especifica em São João del-Rei. A hipótese geral que nos orienta é a de que a construção desses territórios urbanos de classes populares (e de toda a região situada a nordeste do Centro da cidade) está estreitamente ligada ao desenvolvimento e colapso do processo de industrialização sãojoanense, por sua vez inseparável da dinâmica mais abrangente da modernização recuperadora mineira.

MATERIAL E MÉTODOS.

Pesquisa sistemática em arquivos relevantes (cartório de registro de imóveis de São João del-Rei, arquivos das Secretarias Municipais de Obras, de Meio Ambiente, da Fazenda, do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura Municipal etc.); observação participante de práticas e ações de mobilização comunitária nos bairros em questão; elaboração, teste e aplicação de *survey* domiciliar, para caracterização da situação demográfica, sócio-econômica e ambiental da população; transcrição dos dados do *survey* em planilha de programa SPSS; realização das análises quantitativas e interpretação dos dados do *survey*; realização, transcrição e análise de entrevistas semi-estruturadas com moradores da área em questão, escolhidos a partir dos dados do *survey*, segundo critérios de antiguidade de residência na área, envolvimento com o movimento associativo e comunitário e local de moradia no interior da área; realização de entrevistas semi-estruturadas com outros informantes relevantes, tais como antigos ex-proprietários de terrenos na região, agentes de movimentos sociais, entidades civis ou órgãos públicos que atuam ou atuaram nos bairros etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

A construção de territórios examinados liga-se à industrialização da cidade e a seu colapso a partir de meados do século XX. A “escolha” dos territórios em que se alojariam os operários obedece a interesses de lucro e de segregação/controla da força de trabalho, vinculados ao capital industrial e ao capital imobiliário. Atualmente, a vila Nossa Senhora de Fátima apresenta-se como um mosaico de territórios socioambientalmente desiguais. A comunidade apresenta-se dividida em vários setores, marcados por distintos graus de inundação e de provimento dos equipamentos básicos de infra-estrutura urbana.

Identificamos, na historiografia econômica regional mais recente, os processos endógenos de acumulação de capital que produziram a industrialização de São João del-Rei. Por razões de racionalização da acumulação de capital, essa industrialização se concentrou na planície em que se situa o território hoje conhecido como vila Nossa Senhora de Fátima. A ocupação inicial da vila Nossa Senhora de Fátima inscreve-se no movimento de urbanização da região de Matosinhos, embora tenha ocorrido tardiamente, em relação a outras áreas, em razão das peculiaridades de sua localização geográfica e de suas características ambientais (maior dificuldade de acesso às fábricas, poluição de corpos d’água por curtumes, terreno alagadiço e inundável etc.).

Evidentemente, os mecanismos de injustiça ambiental – tais como o mercado imobiliário, as ações ou inações do poder público em relação à vila, a priorização de áreas habitadas por classes superiores para a aplicação de recursos públicos, as obras de aterramento e canalização realizadas pelo Estado ou por proprietários particulares - recortam o território oficialmente abrigado sob o rótulo de vila Nossa Senhora de Fátima num mosaico de sub-áreas heterogêneas, do ponto de vista das condições socioambientais de suas respectivas populações. A tabela 1 a seguir ilustra isso.

Tabela 1: Renda *per capita* e relação com inundações, por setor – Vila N.S de Fátima.

setor	renda per capita média (em s. m.)	desejam mudar (%)	inund. c/ motivo desejo mudança (%)	não vêm prob. com inund. (%)
Amarelo	0,78	49,2	41,3	1,5
cinza	0,80	32,1	21,4	16,1
verde	0,93	37,5	6,3	37,5
rosa	1,22	5,6	3,6	38,9
branco	1,08	17,9	0,0	71,4

Fonte: *survey* domiciliar e mapa de inundações (anexo do trabalho completo).

Como se vê, a renda *per capita* média é inversamente proporcional ao grau em que os setores são atingidos pelas enchentes. Portanto, a distribuição da população pelo território nada tem de aleatória, representando, antes, a própria espacialização dos mecanismos produtores de desigualdade ambiental. Coerentemente, o percentual dos chefes de família que se declararam desejosos de mudar para outro local é tanto maior quanto mais intensa e freqüentemente suas residências são atingidas pelas enchentes. E o mesmo acontece com o percentual dos chefes de família que apontam as inundações como motivo desse desejo de mudança. Também compreensivelmente, o percentual dos chefes de família que não consideram as inundações como um problema varia extremamente, na medida em que nos afastamos das áreas mais baixas da vila, passando de apenas 1,5%, no setor amarelo, para 71,4%, no setor branco.

Conclusões

A urbanização de áreas inapropriadas para habitação foi influenciada por diversos fatores, de modo especial por aqueles articulados à gênese, desenvolvimento e declínio da industrialização sãojoanense e pelas (in)ações do poder público.

Pelo que se depreende das entrevistas e observações realizadas, foram-se desenvolvendo nas áreas inundáveis, ao longo dos anos, estratégias de “normalização” e naturalização das desigualdades ambientais socialmente construídas. À época das enchentes, entram em ação as redes de parentela e solidariedade, assim como a Defesa Civil do município. Os pertences das casas inundadas são provisoriamente deslocados, suspensos e depositados nas áreas mais altas das casas, o poder público distribui, aos atingidos, cestas básicas e colchonetes.

As estratégias de “normalização” e naturalização das inundações, somadas à heterogeneidade socioambiental da vila, tal como acima caracterizada, têm dificultado a consolidação de um movimento comunitário mais consistente e coeso. Particularmente, a Associação de Moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima enfrenta as vicissitudes de constituir-se como representante do bairro como um todo, encontrando grandes dificuldades em articular campanhas e estratégias que mobilizem moradores de setores tão diferenciados.

São comuns, por exemplo, as queixas, expressas por diretores da Associação de Moradores, de que os moradores dos setores mais pobres e afetados pelas enchentes são os menos participativos. Por outro lado, os dados do *survey* mostram que é justamente no setor amarelo do mapa anexo, o mais duramente atingido e com menor renda média *per*

capita, que se encontra o menor percentual dos chefes de família que dizem conhecer alguém da diretoria da Associação (27,7%). De maneira geral, os dados sugerem que os moradores dos setores cinza e rosa estão entre os que conhecem e freqüentam a Associação. Talvez porque se trate de setores afetados pelas inundações (principalmente o cinza), e que, ao mesmo tempo, comportam populações menos pobres e, portanto, menos carentes dos “capitais” que podem ser investidos na mobilização (autonomia de tempo, acesso a informações, relações pessoais com membros da diretoria da Associação etc.). Desse modo, a “desigualdade sócio-ambiental” fica explicitamente demonstrada em nossa análise.

BIBLIOGRAFIA.

ACSERALD, H. (2004),, “Conflitos ambientais: a atualidade do objeto”, in: ACSERALD, H. (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, pp. 7-11.

CARNEIRO, Eder Jurandir (2003), *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. 2003. 449 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DULCI, O. S. (1999), *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

HARVEY, David (2005), *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de (1998), “Formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira do século XIX”, in: pp. 363-391.